



A revolução silenciosa no Partido dos Trabalhadores no Brasil

Bruno Bolognesi

Luiz Domingos Costa

Adriano Codato

Desde os anos 1980, com o fim da ditadura militar, o quadro partidário do Brasil tem apresentado uma série de contrastes. De um lado, há alta capacidade para formar governos estáveis e impor a agenda do poder Executivo ao Legislativo (Figueiredo & Limongi 2000; Figueiredo & Limongi 2001). Há relativa consistência ideológica das agremiações partidárias (Zucco Jr. 2011) e grande coerência entre os tipos de ocupações e as orientações dos partidos no espectro político: sabe-se que quanto mais à direita uma sigla está, mais prestigiadas ou mais “de elite” são as ocupações dos seus deputados federais (Rodrigues 2002). No mesmo sentido, as disputas majoritárias nacionais estão estruturadas em torno dos dois principais partidos, PT e PSDB. Por outro lado, também é certo que o sistema de partidos tende a uma fragmentação progressiva, há pouca lealdade entre políticos e organizações (Marenco 2001; Samuels 2008; Carvalho 2009), há uma miríade de legendas autocráticas (Guarnieri 2011; Mainwaring & Torcal 2005) e escasso vínculo de candidatos com os eleitores (Pereira 2014).

A fragmentação do sistema partidário brasileiro é acentuada e maior a cada disputa. Enquanto em 1998 contávamos com 8,14 partidos efetivos no nível eleitoral, em 2014 esse número subiu para 14,06. Para que se tenha uma ideia do significado dos valores brasileiros, em 2013 a Argentina tinha praticamente a metade de partidos efetivos do Brasil, 7,52. A França, em 2012, teve apenas 5,27 partidos efetivos disputando uma das 577 cadeiras da Assembleia Nacional (Gallagher 2015). O multipartidarismo está associado com volatilidade alta e comportamentos incertos, onde eleitores não conseguem estabelecer diferenças que permitam decidir em quem votar (Mainwaring 1993). O grande número de partidos aumenta bastante os custos da governabilidade, impondo sérias dificuldades de

coordenação política no legislativo nacional (Amorim Neto & Santos 2003; Pereira & Mueller 2000)¹.

Em todo esse debate, um problema que não recebeu qualquer atenção dos estudos sobre o sistema partidário brasileiro é a relação entre *fragmentação*, *organização* e *representatividade social*. A hipótese que orienta este capítulo é a de que existe uma relação entre as mutações no sistema de partidos (a *fragmentação*), as diferenças organizacionais (maior ou menor *força organizacional* das siglas) e as oportunidades, maiores ou menores, para a entrada, no sistema político, de *certos grupos sociais*.

Neste capítulo iremos conectar esses três fenômenos. Investigamos se a proliferação das siglas no Brasil facultaria maiores possibilidades de candidaturas mais “populares” (ou menos “elitistas”), isto é, se o alto número de partidos efetivos na arena eleitoral equivale a maior diversidade social dos postulantes e dos políticos eleitos. Especificamente, queremos compreender se uma categoria social importante, a dos trabalhadores², tem acesso à arena eleitoral e/ou à arena legislativa, por quais partidos e se pode contar, para a disputa política, com a força organizacional (Tavits 2013) da agremiação para vencer. A ideia básica aqui – retirada diretamente do texto clássico de Robert Michels (Michels 1971) – é que partidos dotados de organização robusta seriam capazes de promover a vitória de candidatos que, dada sua origem ou condição social, teriam mais dificuldades de competir com grandes proprietários, empresários, políticos profissionais ou profissionais liberais, como é o caso dos trabalhadores manuais ou não manuais do setor de serviços. Como já descobriu Michels, a organização é a força de que dispõem os mais fracos na luta contra os mais fortes.

A conexão dessas três dimensões – fragmentação, força organizacional e perfil social da face pública dos partidos – permitirá demonstrar que o Partido dos Trabalhadores vivenciou uma “revolução silenciosa” justamente durante o seu apogeu na política brasileira: deixou de ser, a cada disputa, o partido responsável por eleger trabalhadores para o legislativo federal no Brasil.

Na primeira parte do estudo reapresentamos a hipótese de maneira mais completa e mostramos como analisaremos as duas dimensões mutuamente implicadas para testá-la: o potencial organizacional dos partidos e o perfil social dos seus políticos. Na segunda parte fazemos uma precisão conceitual diferenciando “estrutura” de “organização” partidárias. A terceira parte constrói um modelo para medir a força organizacional dos partidos políticos brasileiros e apresenta seus resultados. Na última seção, analisamos a taxa de sucesso eleitoral dos trabalhadores conforme as respectivas forças organizacionais dos partidos pelos quais concorrem. Na conclusão, tiramos algumas lições desses dados, em especial a seguinte: à medida em que a diversificação social das listas de candidatos se concentra nas

¹ As teses que apontam comportamento indiferenciado dos partidos brasileiros têm tido dificuldade para lidar, por exemplo, com as múltiplas formas pelas quais os grandes partidos se organizam (Braga 2008). A afirmação de que partidos políticos são indiferenciados e não regulam seus processos internos tem sido questionada na medida em que se encontram evidências do controle que as elites partidárias sobre o processo de formação das listas eleitorais (Bolognesi 2013b). Na mesma direção, há mais congruência do que se poderia supor, a princípio, entre o perfil das legendas no espectro esquerda-direita e os nichos sociais onde os partidos nacionais vão recrutar os seus candidatos (Rodrigues 2002a; Marengo dos Santos & Serna 2007; Codato et al. 2013; Perissinotto & Miriade 2009).

² No grupo de “trabalhadores” incluímos, a partir da divisão proposta por Rodrigues (Rodrigues 2009), os seguintes subgrupos profissionais: trabalhadores manuais sem qualificação, trabalhadores industriais de baixa qualificação, trabalhadores industriais de qualificação elevada, trabalhadores qualificados não manuais de serviços e profissionais de nível médio. No Anexo 1 há uma relação de ocupações para exemplificar cada uma dessas classes.

organizações com força organizacional mais baixa, e não mais alta, será difícil esperar que ocorra, através desses partidos, uma popularização da classe política nacional.

Algumas definições preliminares: hipótese, dimensões de análise e fontes de dados

A proposição de Panebianco (Panebianco 2005) ainda não testada, na linha de Michels, é que partidos burocratizados de massa tendem a servir como esteio para indivíduos com baixo *status* social e, conseqüentemente, detentores de poucos recursos próprios, como prestígio, dinheiro, redes de influência, conexões sociais, etc. Ou seja, esperamos que partidos com força organizacional robusta sejam capazes de apresentar uma quantidade maior de indivíduos como trabalhadores entre seus quadros e elegê-los.

A fim de testar esta hipótese, procuramos relacionar duas dimensões, cada uma com um *corpus* de dados específico: (i) o perfil burocrático-organizacional³ dos partidos brasileiros e (ii) o perfil sócio-profissional dos seus *candidatos e eleitos* nas eleições legislativas nacionais.

A primeira dimensão se refere ao que Tavits (Tavits 2013) chama de *força organizacional*. São as estruturas com as quais o partido conta para tornar-se uma instituição, i.e. uma organização que serve de sustentáculo para a ação política e existe independente dos indivíduos que a ocupam⁴. No limite, quanto maior a força organizacional do partido, menor o custo de mobilização eleitoral e, conseqüentemente, mais facilmente o partido cumpre seu objetivo primordial da conquista de votos (Freidenberg & Levitsky 2007). Esta compreende a quantidade de diretórios políticos e de filiados que o partido dispõe, a proporção de eleitores fiéis ao partido, a idade da organização, a sua cobertura territorial, entre outros fatores explorados mais adiante. A ideia é que essa estrutura seja capaz de dar apoio aos seus candidatos e servir como recurso estratégico nos processos eleitorais. Como comprova Tavits (Tavits 2013) para a Europa oriental e Calvo e Murillo (Calvo & Murillo 2004) para a Argentina, partidos que possuíam maior *força organizacional* conseguiram eleger mais pessoas a um custo menor do que seus concorrentes que não contavam isso. O mesmo ocorre no Brasil: partidos que mobilizam mais o eleitor e, portanto, colhem maior sucesso eleitoral, são aqueles dotados de melhor estrutura formal (Guarnieri 2012)⁵.

O estudo da organização partidária *per se* tem servido aos politólogos brasileiros para oferecer uma percepção diversa sobre nossas legendas. Braga (Braga 2008), Amaral (Amaral 2011), Ribeiro (Ribeiro 2014b), Peres *et. al.* (2012) e Bolognesi (Bolognesi 2013a) têm sustentado que pelo menos alguns dos partidos políticos do Brasil operam a representação e são capazes de exercer mecanismos de controle sob seus eleitos. Assim,

³ Essa ideia de uma estrutura da organização está também presente em Sáez (Sáez 2005) onde o autor se refere à 'infraestrutura' partidária como um elemento fundamental da organização na persecução de sucesso eleitoral. A mesma ideia está presente também, com a mesma terminologia inclusive, em Freidenberg & Levitsky (2007).

⁴ É importante ressaltar que a existência de uma infraestrutura serve como catalizador para a institucionalização partidária. Contudo, não como uma condição *sine qua non* da institucionalização. Há exemplos de partidos, como o Partido Justicialista (PJ) argentino ou o Partido Revolucionário Institucional (PRI) mexicano, que tornaram-se instituições estáveis contando com um nível bastante elementar de estrutura burocrática (Levitsky 1998).

⁵ Guarnieri (2012) faz uma ressalva e sustenta que esta relação é mais forte para partidos que possuem uma rede de apoio (sindicatos, movimentos sociais, igrejas). Agrega ainda que são preferencialmente *core voters* que contribuem para o êxito destes partidos, mostrando que o voto por mobilização é uma importante ferramenta para garantir o sucesso eleitoral. Concordamos com o autor e adicionamos que mobilização é diferente das campanhas eleitorais midiáticas e depende, essencialmente, de estruturas formais como escritórios políticos, rede de filiados, cobertura territorial, como apontaremos aqui.

não é possível pensar na constelação de legendas do Brasil (32 partidos registrados em 2015) como um complexo amorfo. Há diferenças fundamentais entre eles, sejam ideológicas, de composição social ou organizacionais. Isso impede que se aplique um denominador comum colocando todas as agremiações na vala do ‘personalismo dos líderes e clientelismo dos representantes’. A depender do peso da institucionalização de cada organização, os partidos possuem mais ou menos autonomia para contornar os ditames do sistema político (Bolognesi 2013b) e possuir contornos organizacionais que podem levar a configurações sociais capazes de diferenciar uma agremiação de outra.

A segunda dimensão mobilizada para examinar a hipótese de Panebianco consiste em avaliar a capacidade dos partidos políticos do Brasil – de acordo com seus contornos organizacionais – para recrutar e eleger trabalhadores à Câmara dos Deputados. Embora hoje seja bastante aceito que os trabalhadores estão muito longe de serem os grupos sociais mais bem representados nos parlamentos (na realidade, são um dos menos representados), também é fato que o processo de democratização amplia as chances de representação política e de diversificação social da classe política. Basta lembrar, como Duverger (1951) apontou, que a massificação eleitoral na Europa acabou incluindo novos tipos sociais nos parlamentos nacionais e, nesse caso específico, trabalhadores. A continuação dessa história é, como se sabe, a oligarquização e o aburguesamento dos representantes egressos dos partidos socialdemocratas. Ainda assim, saber o desfecho desse caso não desautoriza que se estude a ascensão dos trabalhadores nas casas legislativas numa democracia como a brasileira. Essa opção é especialmente pertinente visto que depois de um ciclo democrático de apenas 18 anos (entre 1946 e 1964), a reabertura democrática no Brasil a partir dos anos 1980 apresenta a primeira experiência de efetiva massificação da democracia no país (mais de 142 milhões de eleitores votaram em 2014) em um mercado de ocupações laborais ao mesmo tempo altamente complexo.

Para estudar essa dimensão mobilizamos uma segunda fonte, que são os dados dos candidatos a deputado federal que participaram das últimas cinco disputas (1998, 2002, 2006, 2010, 2014) por vinte e sete partidos diferentes⁶. O nosso propósito é identificar a capacidade dos partidos políticos brasileiros de lançar e eleger candidatos egressos das várias ocupações de trabalhadores. Por meio da análise dessa categoria será possível testar a hipótese de que partidos dotados de maior força organizacional são, *em teoria*, mais capazes de promover representantes com menores recursos eleitorais individuais. A fonte dessas informações é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) brasileiro, que disponibiliza os dados das candidaturas para todos os cargos eletivos a cada disputa, na qual consta a ocupação autodeclarada de cada candidato. A base de dados daí resultante contém um total de 23.219 candidatos a deputado federal para as cinco eleições consideradas⁷.

⁶ De nossa análise foram excluídos os seguintes partidos políticos: PEN, PPL, PROS, PSD e SDD. Não entraram em nosso estudo por dois motivos. Ou por terem sido criados após 2012 (como o SDD, PSD e o PROS), portanto terem disputado apenas uma eleição, ou pela completa ausência de dados destes partidos nas fontes consultadas e nos arquivos dos partidos junto ao TSE (como PEN e PPL).

⁷ A ocupação declarada pelo próprio candidato apresenta os inconvenientes de diminuir a confiabilidade da informação (afinal, alguns candidatos podem informar uma ocupação socialmente mais prestigiada mesmo não sendo aquela mais relevante na sua vida) e de limitar a classificação das ocupações dos candidatos por parte do pesquisador. No que se refere ao primeiro inconveniente (confiabilidade), cremos que essa distorção é diminuta e, tendo em vista a grandeza da população, acaba sendo distribuída de modo normal e torna-se um erro residual. No que se refere ao segundo inconveniente, a variedade de ocupações declaradas (total de 255) permite certa flexibilidade para agregar aquelas que são tipicamente consideradas como ocupações de trabalhadores. Ver o Anexo 1.

Na seção seguinte insistimos na diferença entre estrutura partidária e organização partidária. Na sequência, apresentamos um modelo de análise para medir a *força organizacional* dos partidos políticos brasileiros.

Estrutura partidária e organização partidária

Qual é a importância de termos partidos fortes para democracias e, em especial, para a democracia brasileira?

Como já apontou Schattschneider (Schattschneider 1942), partidos políticos são instituições que processam demandas sociais e realizam a leitura do sistema e mercado políticos promovendo aqueles que têm maiores chances de representar o eleitorado e, assim, conseguir seu voto. Downs (Downs 1999), por sua vez, enfatiza, de outro ponto de vista, que partidos servem como *short cut* programático para os eleitores. Impossibilitados de conseguir todas as informações sobre os candidatos, os partidos ofereceriam visões de mundo de fácil acesso que facilitariam a escolha eleitoral. Além de tudo isso, há uma função também elementar: os partidos são instituições capazes de oferecer treinamento, socialização e suporte para aqueles interessados em participar da política (Michels 1927; Sáez & Freidenberg 2000; Panebianco 2005). Indivíduos que possuem uma ocupação que lhes dê prestígio, rede de contatos, *status*, tempo livre, habilidades políticas (oratória, familiaridade com a lei e com assuntos de governo), precisam menos de uma instituição capaz de lhes emprestar seu peso simbólico e seu ferramental de instrução do que aqueles que nada disto possuem e necessitam recorrer aos partidos políticos como suporte à carreira política.

De acordo com a literatura, a entrada de novos grupos na elite política depende de formatos institucionais novos, como dispositivos eleitorais especiais, novos partidos ou cotas para candidaturas. Assim, à medida que o sistema partidário se estabiliza e se institucionaliza, dificulta a emergência de novos grupos sociais no âmbito da representação política (Ilonszki & Schwarcz 2014, p. 69). Portanto, a renovação sociodemográfica dos corpos legislativos parece depender da combinação de um sistema partidário pouco engessado, de um lado, e partidos de massa dotados de robustez organizacional, de outro. O Brasil conta com esses dois atributos institucionais: um sistema partidário instável e cada vez mais fragmentado⁸, além de alguns partidos com forte organização (Braga, Ribeiro, et al. 2012; Braga 2008; Ribeiro 2014b; Amaral 2011).

Robustez organizacional é uma característica dos partidos *de massa* (Duverger 1980; Michels 1927; Tavits 2013) ou, modernamente, dos partidos *burocráticos de massa*, para usar a terminologia de Panebianco (Panebianco 2005). Contudo, com exceção de alguns estudos como o de Guarnieri (Guarnieri 2012) ou de Calvo & Murillo (Calvo & Murillo 2004), que tratam da organização e comportamento eleitoral, não há trabalhos que relacionem a organização partidária com a composição social dos partidos. Panebianco chega mesmo a afirmar que as bases sociais dos partidos políticos teriam pouco impacto no processo de institucionalização e consolidação como *political players*. No entanto, não há como dissociar a interação do perfil dos *rank and files* com o tipo de organização partidária. Num partido de quadros ou de notáveis, por exemplo, não se espera que sejam distribuídos incentivos coletivos para manter uma grande estrutura de filiados e membros, já que a relação de poder intra-elite é horizontal e a adesão eleitoral sazonal é conquistada pelo uso de *pork barrel* e de representação regional. Já nos partidos burocráticos de massa é pouco provável que as elites partidárias possam ter liberdade de ação completa, sem consulta aos filiados.

⁸ Conforme os cálculos de Gallagher (2015), o número de partidos eleitorais efetivos no Brasil em 2014 (14,06) só é menor do que um país no mundo todo, Argélia em 2012: 18,08.

Isso porque a sobrevivência do partido depende em grande medida da contribuição desses últimos – simbólica e material. Além do mais, os líderes da burocracia partidária possuem origem similar à da base e não são capazes de conduzir, sozinhos, a organização, como ocorre nos partidos de quadros, é a existência da hierarquia organizacional que sustenta a adesão e o mecanismo das organizações de massa. Assim, é essencial tentarmos entender a relação da organização com a composição social do partido político.

Estudos sobre organização partidária tradicionalmente focalizam os mecanismos de distribuição ou de concentração do poder dentro da agremiação (Amaral 2013), as formas pelas quais partidos se estruturam para promover indivíduos, os critérios para implementação de políticas de governo ou a relação com o ambiente (Ribeiro 2014a). Nosso interesse aqui, contudo, é outro. Partiremos do suposto de que organizações robustas são importantes para promover a base social de um partido com menor estoque de capital social/político e que isso é o resultado da sua força organizacional. Assim, há uma distinção que precisa ser feita. Refere-se à confusão teórica que coloca sob o mesmo conceito a “estrutura partidária” (ou “força organizacional”, para usar o termo de Tavits (Tavits 2013)) e a “organização partidária”.

Parece claro que uma estrutura formal pode e deve ser bastante útil num processo em que os partidos devem tornar-se unidades autônomas de seus criadores e das pessoas que deles fazem parte. Contudo, como recorda Panebianco (Panebianco 2005), a forma pela qual diferentes arranjos organizacionais interagem com o ambiente político, o estilo de liderança (se profissional, carismática ou burocrática) e o perfil do eleitorado podem levar a resultados diferentes, ainda que com o mesmo grau de institucionalidade. Surgir na oposição ao governo não é garantia de institucionalização, mas pode colaborar na autonomia institucional de um partido quando esse consegue contar com o apoio de organizações auxiliares, tais como sindicatos, igrejas, movimentos sociais. Por outro lado, um partido que não consegue separar sua elite dirigente da esfera parlamentar, mesmo quando na oposição, tende a ter uma organização fraca e depender dos recursos e vontades dos representantes constantemente eleitos.

Por sua vez, a estrutura formal dos partidos — quantidade de diretórios, de filiados, tempo de existência, cobertura territorial, etc. — sempre foi tratada como parte natural da organização e institucionalização partidárias. No entanto, é preciso separar estas duas coisas (Tavits 2013). Partidos com força organizacional nem sempre são institucionalizados. Mas é mais provável que isso ocorra com estes últimos e não com aqueles que são despossuídos estrutura. Isso porque o “nível de infraestrutura” (Sáez 2005), isto é, a força organizacional, reduz custos de transação, facilita a comunicação, fornece autonomia real para diferentes atores e cria interdependência nas esferas do partido, de modo que não seja preciso movimentar sempre toda a máquina para que decisões sejam tomadas. Este é o recorte analítico que aqui propomos. Que se olhe para a força organizacional partidária como uma rede política capaz de reduzir a dependência dos capitais individuais que cada membro carrega para um partido como é o caso dos partidos eleitoralistas ou de elites (Gunther & Diamond 2003).

Contudo, é preciso notar que apesar da organização englobar a infraestrutura do partido e algumas variáveis coincidirem, ter estrutura partidária não é igual a ter organização partidária. A existência da força organizacional fomenta os processos de distribuição do poder na legenda. Mas em nada garante que isso ocorra, na medida em que podemos imaginar uma agremiação partidária com grande infraestrutura, mas composta por elites regionais ou locais incapazes de unificar a organização, como parece ser o caso do PMDB no Brasil (Ribeiro 2014a). Em resumo: a *estrutura* (partidária) é um conjunto de características; já a *organização* (partidária) é um processo dinâmico.

Como então dizer que, na profusão de siglas partidárias do Brasil, temos partidos com estruturas mais sólidas do que outros? Escolhemos analisar seis variáveis diferentes que nos darão um mapa da força organizacional desses partidos a fim de mensurar seus níveis respectivos de infraestrutura – e, portanto, suas capacidades de promoverem eleitoralmente uma categoria específica de candidatos: os trabalhadores.

Um modelo para medir a força organizacional dos partidos políticos brasileiros

Quais são as condições que facilitam ou catalisam a transformação de um partido político qualquer de simples apanhado de escritórios eleitorais para uma instituição dotada de força organizacional passível de se tornar um *major player* na *polity* nacional?

As variáveis utilizadas em nosso modelo de força organizacional compreendem duas dimensões dos partidos políticos. Uma delas refere-se à infraestrutura, à parte “dura” do partido. Ela envolve: (i) proporção de diretórios, (ii) proporção de filiados, (iii) complexidade organizacional e (iv) cobertura territorial. A segunda dimensão refere-se ao *soft frame* que o partido dispõe: (v) idade do partido e (vi) proporção de votos de legenda. Explicamos uma a uma abaixo. A fonte dos dados foi sempre os sites dos partidos na Internet e as informações disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral do Brasil.

Resumindo: esse modelo tenta contemplar parcialmente aquilo que a literatura aponta como estrutura organizacional ou força organizacional (Ishiyama 2001; Katz & Mair 1994; Janda 1980; Peres et al. 2012; Sáez & Freidenberg 2000; Tavits 2013; Guarnieri 2012). Como dissemos, bastante razoável supor (e os estudos de Tavits o comprovam) que partidos que possuem força organizacional diminuem os custos da transação política, aumentam a capacidade de socialização política e, conseqüentemente, aumentam o sucesso eleitoral.

(i) **proporção de diretórios:** a estrutura formal dos partidos brasileiros contempla dois tipos de organização: diretórios e comissões provisórias. Os primeiros referem-se a estruturas formalizadas e dotadas de poder de decisão, decisões essas que não podem ferir os preceitos estatutários do partido. As comissões provisórias são arranjos partidários que possuem baixo poder de decisão frente às lideranças do partido, já que podem ser dissolvidas pelas Executivas estaduais de cada legenda (Braga 2008). Assim, é esperado que partidos com um melhor nível de infraestrutura, possuam uma proporção elevada de diretórios em relação às comissões provisórias. Coletamos os dados referentes à proporção de diretórios municipais dos partidos considerados em relação às comissões provisórias municipais nos anos de 2002 e 2010 e utilizamos a média desta proporção como indicador;

(ii) **filiados a cada 1.000 eleitores:** é de se esperar que o que leva um simples eleitor a integrar-se numa legenda partidária seja algum interesse (programático, ideológico, identitário ou pragmático) em fazer parte das atividades daquela organização (Scarrow 1996, chap.1). Nesse sentido, numa democracia de público como a brasileira, a quantidade de filiados é um bom indicador para mensurar como o partido se torna um valor disperso pela sociedade capaz de mobilizar eleitores antes desinteressados para atuarem a favor de suas causas (Huntington 1968; Daza 2005; Randall & Svåsand 2002; Guarnieri 2012). Este dado foi calculado tendo em vista a média de eleitores que o partido possuía ao longo do período de análise (1998-2014⁹).

⁹ Complementamos os dados aqui com o disponível em: <http://www.projectmapp.eu/databases/>, acesso em 01 de julho de 2015.

(iii) **complexidade organizacional:** aqui há dois pontos que qualificam esta variável como parte de nosso modelo. O primeiro ponto se refere à especialização burocrática e política das organizações partidárias (Panebianco 2005). Cada vez mais campanhas eleitorais e atividades partidárias têm se especializado e se monetizado (Manin 2013; Scarrow & Gezgor 2010; Daalder 2007). Isso exige que os partidos políticos contem com pessoal treinado para atender às demandas do mercado eleitoral e sua posterior sobrevivência. O segundo ponto se refere à interdependência entre as seções do partido capazes de criar coesão da estrutura organizativa (Selznick 1971; Daza 2005). Institui-se repartições para temas que atendem às demandas sociais, ao histórico do partido ou que contemplem as diversas forças que compõem a legenda. É comum encontrarmos nos partidos seções específicas que tratam de temas de interesse como meio-ambiente, minorias sociais, grupos étnicos, etc. Essa rede de setores dentro do partido promove maior descentralização do poder ao mesmo tempo em que facilita e dinamiza a capacidade de adaptação da organização aos interesses e valores do eleitorado. Esse indicador foi mensurado pela quantidade de órgãos especializados que cada partido possui, como secretarias especiais para minorias (mulheres, negros, movimento LGBT, habitação, relações internacionais, etc.) ou estruturas designadas para execução de tarefas técnicas, como secretaria de comunicação, de mobilização ou de organização política.

(iv) **cobertura territorial:** este indicador é bastante sintomático da capacidade da legenda mobilizar diferentes regiões, diferentes contextos sociais e ser um partido nacionalizado. Ela fornece munição para que as campanhas eleitorais atinjam a maior quantidade possível de pessoas e cidades. Aqui utilizamos os dados de cobertura territorial dos partidos políticos de Braga & Rodrigues-Silveira & Borges (2012) que medem a extensão da cobertura territorial das agremiações brasileiras.

(v) **idade do partido:** não se trata aqui apenas de se calcular se um partido é mais ou menos velho do que o outro. Como aponta Epstein (2009), a continuidade no tempo denota que o partido é capaz de sobreviver ainda que seus líderes sejam substituídos, que os governos mudem e que o ambiente político se altere de maneira menos ou mais favorável a essa ou àquela sigla. Ou seja, quem se adapta, sobrevive (Panebianco 2005). A idade do partido se refere aqui aos anos de existência de cada legenda desde sua fundação¹⁰.

(vi) **proporção de votos de legenda:** o voto de legenda é um indicador clássico da força que um partido possui entre o eleitorado. Em listas abertas, como no caso brasileiro, é possível separar o voto que os cidadãos depositam em seus candidatos preferidos e o voto que depositam na sigla partidária. Panebianco (Panebianco 2005) aponta a diferença entre votos de opinião e votos de fidelidade. No caso, os votos de legenda são aqueles que medem a existência de *core voters*, eleitores que não precisam ser convencidos a votar no partido. Consideramos aqui a média de votos de legenda que o partido teve nas eleições legislativas nacionais nas eleições de 1998 a 2014.

Para mensurar quais são os partidos com força organizacional mais ou menos robusta, utilizamos uma análise fatorial¹¹ de componentes principais em rotação *varimax*

¹⁰ Foram desconsideradas quebras de idade se o partido passou a existir clandestinamente durante o regime ditatorial-militar (1964-1985), como o PCB ou incorporações que o partido fez de outras legendas e que não promoveram alteração em seu nome ou registro junto à Justiça Eleitoral.

¹¹ É importante salientar que em nosso modelo todas as variáveis são contínuas e a quantidade de variáveis, seis, segue a proporção recomendada para cerca de trinta casos (mesmo reconhecendo a recomendação de

com dois fatores fixos, *i. e.*, construtos (Figueiredo Filho & Silva Júnior 2010). Como não estamos buscando estabelecer relações de causalidade, optamos pelo método de extração de componentes principais para avaliar a consistência empírica do conjunto de variáveis. A variância do conjunto das seis variáveis descritas acima explicada pelos dois fatores foi de 78,52%.

Quatro variáveis possuem maior carga no primeiro fator: a proporção de diretórios por comissões provisórias, a razão de filiados por eleitores, a cobertura territorial e a complexidade organizacional. No segundo fator incidem: a idade do partido até 2014 e a média de votos de legenda nas últimas cinco eleições legislativas nacionais. Estes dados podem ser vistos na matriz de componentes dos fatores abaixo.

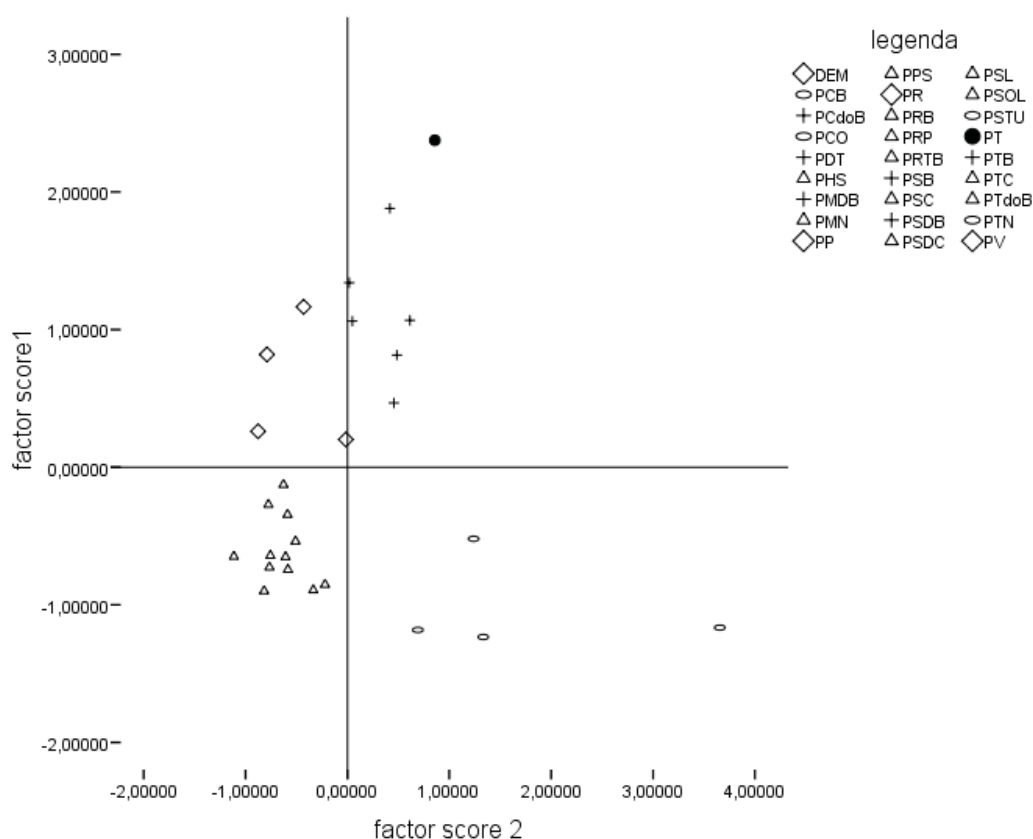
Tabela 1. Rotated Component Matrix da força organizacional

	Componentes	
	1	2
Idade partido em 2014	.218	.750
Média voto legenda	-.503	.757
Razão de diretórios/comissão provisória	.566	.240
Razão de filiados a cada mil eleitores	.908	-.019
Cobertura territorial	.909	-.265
Complexidade organizacional	.527	-.002

Plotamos os resíduos da análise fatorial pelos fatores que estabelecemos, de modo que construímos um contínuo capaz de agregar os partidos pelas duas dimensões acima descritas levando em conta as seis variáveis analisadas. Isso pode ser visto no gráfico abaixo. Os símbolos presentes no gráfico agrupam os partidos a partir do corte da mediana dos resíduos de cada fator. Os triângulos representam os partidos com menor força organizacional (baixos indicadores nos dois fatores), os losangos e elipses os partidos com força organizacional média, porém ligados a fatores diferentes, as cruzes os partidos que possuem altos indicadores em ambos os fatores, ou seja, fortes organizacionalmente. Por fim, o partido com maior força organizacional, o círculo preto, refere-se ao PT.

que, quanto maior o n/N , melhor); *eigenvalues*: factor 1 = 2,634 / factor 2 = 1,179; KMO = 0,522 e Bartlett's < 0,000 valores dentro do recomendado em Figueiredo Filho & Silva Júnior (2010) e Pallant (2005).

Gráfico 1 - Força organizacional dos partidos políticos brasileiros 1998-2014



Como fica claro no Gráfico 1, o Partido dos Trabalhadores (PT) é a sigla que reúne os indicadores mais elevados nas duas dimensões expressas pelos fatores. Vale lembrar que falamos aqui apenas da estrutura formal do partido. Essas variáveis pesaram mais em nosso modelo do que as variáveis não formais, como voto de legenda e proporção de filiados. Ou seja, desconsiderando as relações com o ambiente (Amaral 2011), a força das campanhas eleitorais e do financiamento (Cervi et al. 2015), ou sua organização interna (Ribeiro 2010) – leia-se: a distribuição de poder dentro do partido –, o PT ainda segue sendo aquele que detém melhores condições de custear o sucesso eleitoral dos menos favorecidos.

Por outro lado, há um grande contingente de partidos, doze no total, que poderíamos classificar como fracamente organizados: PHS, PMN, PPS, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PSOL, PTC e PT do B. Estes partidos ocupam esta posição no gráfico, pois possuem indicadores definitivamente acanhados se comparados com seus pares em todas as variáveis analisadas. Há oito agremiações que possuem força organizacional mediana. São: DEM, PCB, PCO, PP, PR, PSTU, PTN e PV. Esses partidos possuem um desequilíbrio entre as variáveis plotadas. PTN, PCO, PCB e PSTU ocupam o quadrante inferior e são àqueles que tiveram melhores indicadores no que se refere à idade do partido ou em relação à média de voto de legenda (especialmente alta nos partidos de extrema esquerda). Por outro lado, DEM, PP, PR e PV são partidos mais recentes e com poucos votos de legenda, mas que contam com uma ossatura robusta, com ampla cobertura territorial, complexidade organizacional razoável e um número de filiados médio. Por fim, no mesmo quadrante do PT estão o PC do B, PDT, PMDB, PSB, PSDB e PTB.

Disso se conclui que o PT seria o *locus* ótimo para que candidatos oriundos de ocupações socialmente desprestigiadas pudessem ter algum sucesso político. Isso não quer

dizer que não haja indivíduos dotados de pouco capital eleitoral em outros partidos. Mas sim que, *dada sua força organizacional*, o PT seria, teoricamente, o mais capacitado para promover politicamente esses indivíduos.

Quadro 1. Força organizacional dos partidos políticos brasileiros

Força organizacional	Partidos políticos brasileiros ¹²
Fraca	PHS, PMN, PPS, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PSOL, PTC, PT do B
Media	DEM (PFL), PCB, PCO, PP (PPB), PR, PSD , PSTU, PTN y PV
Forte	PC do B, PDT, PMDB, PSB, PSDB y PTB
Fortíssima	PT

Fonte: Observatorio de Elites Políticas e Sociais de Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE.

Na próxima seção testaremos a hipótese segundo a qual o Partido dos Trabalhadores concentra em suas fileiras uma quantidade maior de trabalhadores do que as outras agremiações e que estes, quando disputam eleições por esta sigla, tendem a ter maior sucesso eleitoral do que em outras organizações partidárias.

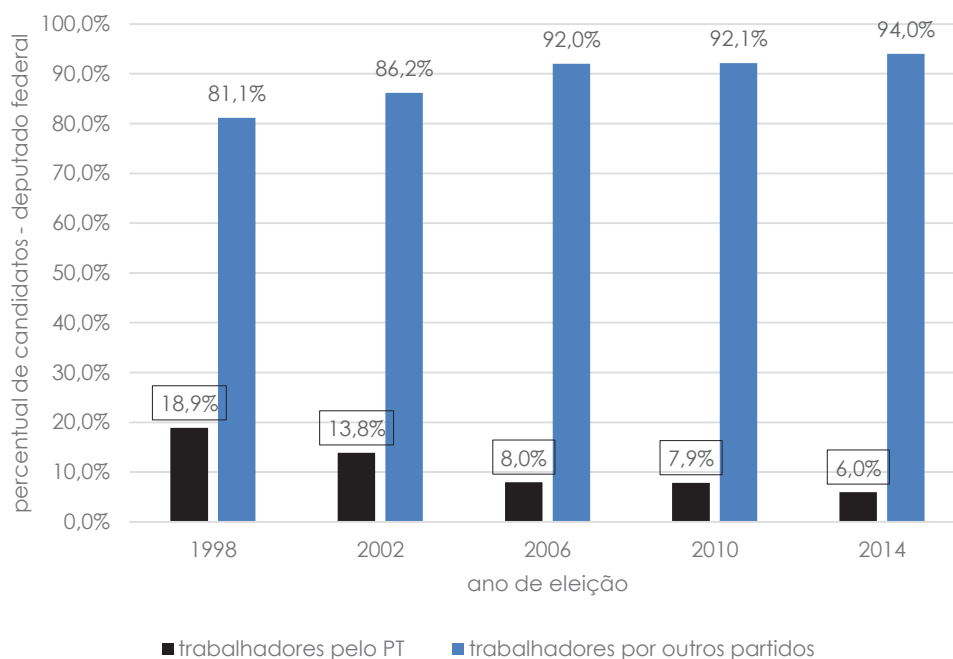
Os trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores

Do total de candidaturas registradas entre as cinco eleições analisadas à Câmara dos Deputados, 2.434 foram de trabalhadores, representando 10,5% do total de competidores. A distribuição desse contingente entre os partidos políticos não só é alta, mas tem crescido nos últimos pleitos e, especialmente durante a última década e meia, aponta importantes alterações nas bases sócio-ocupacionais dos partidos no Brasil.

Esse é, contudo, um fenômeno muito recente. Na maior parte do século XX a representatividade social da classe política brasileira foi muito limitada. A desproporção entre as características sócio-demográficas da população e dos representantes foi sempre muito elevada. Trabalhadores foram muito raros entre os políticos nacionais. Essa história começou a mudar a partir dos anos 1980 quando o Partido dos Trabalhadores (PT), integrado também por outros setores (profissionais liberais, professores universitários, médicos, jornalistas, etc.), passou a eleger indivíduos oriundos das ocupações típicas de trabalhadores manuais: metalúrgicos, trabalhadores agrícolas e outras ocupações de pouco prestígio social (tais como ferroviários, vendedores) e baixa remuneração econômica (bancários, professor de ensino não universitário, assistente social, etc.). Contudo, conforme os dados discutidos abaixo, o PT passou de protagonista para coadjuvante no que se refere à promoção de candidaturas de trabalhadores.

¹² Para realizar a análise, foram considerados os partidos políticos atualmente na ativa no Brasil que participaram da maioria (pelo menos 3) dos pleitos realizados durante o período em que o TSE oferece os dados dos candidatos (1998-2014). Assim, os dados não contemplam os partidos que foram incorporados a outros partidos, assim como não contempla partidos recentemente criados e que não permitem avaliação da sua força organizacional ao longo de um tempo mínimo. As exclusões se referem, portanto, às seguintes siglas: PAN, PEN, PGT, PL, PPL, PRN, PRONA, PROS, PSD, PSN, PST, SD.

Gráfico 2. Proporção de trabalhadores do PT e dos outros partidos brasileiros nas eleições à Câmara dos Deputados do Brasil entre 1998 e 2014



N = 2.588

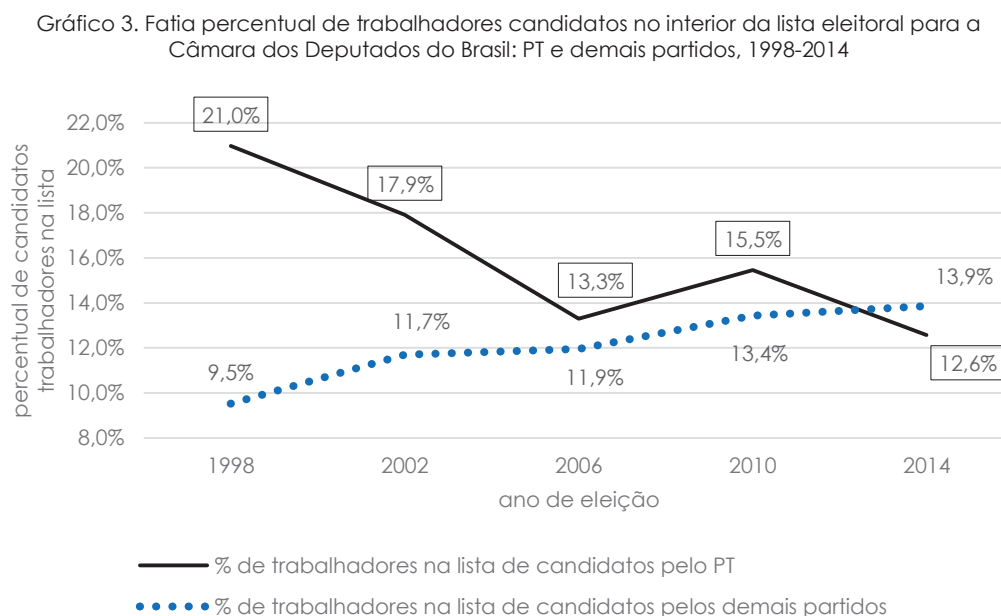
Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE.

Nas eleições de 1998, se cada um dos vinte e três partidos habilitados a disputar tivesse a mesma quantidade de trabalhadores em suas listas, cada um teria entre suas fileiras de candidatos 4,34% do universo de trabalhadores. Contudo, como aponta o gráfico 2, o PT concentrava 18,9% do total de candidatos trabalhadores; nada menos do que quatro vezes e meia o esperado. O argumento probabilístico é que, *com a fragmentação do sistema partidário*, ocorreria uma natural dispersão desta categoria entre os novos partidos que surgiram de 1998 até 2014.

Desse modo, em 2014 o esperado do ponto de vista probabilístico, agora com vinte e sete partidos, é que cada uma das legendas carregasse 3,7% dos trabalhadores. O que demonstra, aritmeticamente, que o surgimento de janelas de oportunidades é um elemento importante para fragmentação não só do sistema de partidos, mas para a diversificação das bases sociais das agremiações. Como podemos ver no gráfico 2, nas eleições de 2014 o mesmo PT apresenta nem uma vez e meia a quantidade de candidatos esperada. Dada a fragmentação partidária ocorrida nestes dezesseis anos¹³, chama a atenção o partido ter deixado de reunir o contingente daqueles com menores chances de sucesso eleitoral.

¹³ Sobre este ponto, os autores gostariam de agradecer os comentários do colega Fernando Bizarro Neto numa primeira apresentação dos dados. A evolução do número de partidos eleitorais efetivos no período

O Gráfico 3 faz um cálculo diferente. Se debruça exclusivamente sobre o grupo de trabalhadores que foram candidatos, comparando o PT com os demais partidos. O gráfico se concentra na relação entre a quantidade de candidatos trabalhadores e todas as demais candidaturas nas listas eleitorais de todos os demais partidos políticos. Ele mostra que o partido deixou de ser dominante, desde 2010, como plataforma de lançamento das candidaturas dos trabalhadores nas disputas para a Câmara Federal.



N = 20.508

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE.

Os valores aqui são até mais eloquentes. O Partido dos Trabalhadores reduz em 2014 a presença de trabalhadores em suas listas a menos da metade do percentual de 1998. A partir desta eleição, os trabalhadores que se apresentam às eleições legislativas brasileiras concorrem, cada vez mais, por outros partidos que não o PT (Costa et al. 2015). Contudo, que tipo de partidos seriam estes?

Até aqui os dados se referiram apenas aos pretendentes, mostrando a perda de espaço dos trabalhadores no PT e a sua migração para os demais partidos do sistema. Mas isso não nos diz nada sobre as chances eleitorais desses indivíduos, que serão analisadas abaixo.

Taxas de sucesso dos trabalhadores no Brasil

Como se sabe, há uma forte relação entre a posse de condições sociais privilegiadas e o acesso aos cargos políticos em uma comunidade, inclusive em sociedades democráticas (Putnam 1976; Gaxie 1980). O caso dos trabalhadores brasileiros permite confirmar essa

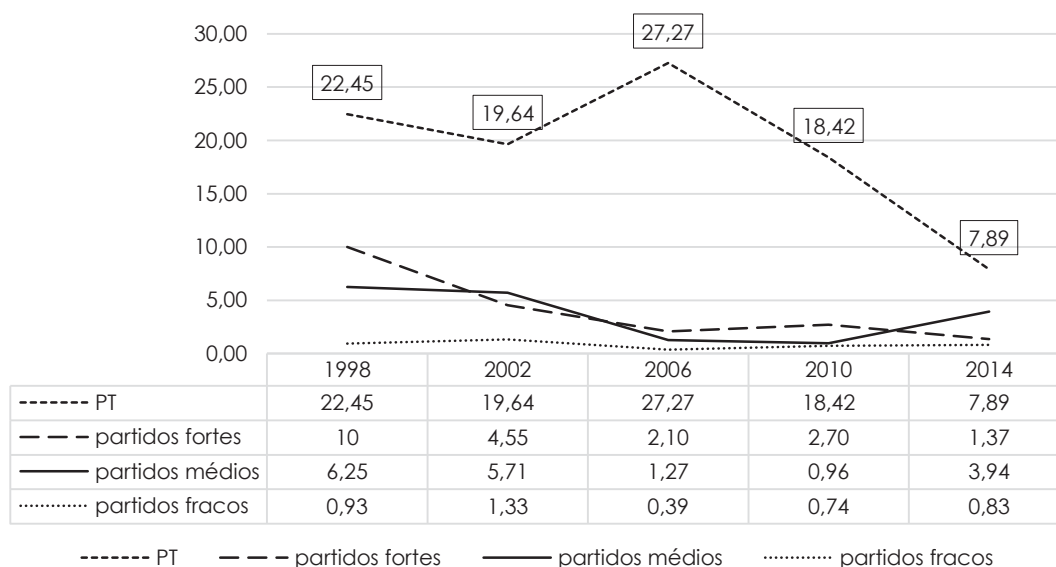
considerado foi a seguinte: 8.14 (1998); 9.28 (2002); 10.62 (2006); 11.21 (2010); e 14.06 (2014) (Gallagher 2015).

máxima, pois apresentam 4,6 vezes e meia menos chances de se elegerem¹⁴ em relação aos outros candidatos (sem distinção entre os partidos). Entretanto, se a desigualdade de *background* puder ser compensada por força organizacional, então o sistema partidário seria capaz de minimizar os efeitos excludentes da estratificação social no âmbito da competição política.

Para analisar se *força organizacional* empresta *força eleitoral* aos pretendentes a deputado menos poderosos socialmente, é preciso observar os resultados eleitorais efetivos e calcular a presença dos trabalhadores vitoriosos em cada disputa e em cada tipo de organização. Para isso, computamos as taxas de sucesso dos trabalhadores para diferentes tipos de partidos¹⁵ e isolamos o PT numa categoria em separado. A taxa de sucesso mede a proporção dos eleitos em relação aos candidatos, variando entre 0 (quando nenhum trabalhador consegue se eleger) a 1 (quando todos conseguem).

Como percebemos pelo Gráfico 4, mesmo nos partidos fortes, a taxa de sucesso dos trabalhadores é não só pequena (0,08) mas decrescente para todo o período, saindo de cerca de 9% e chegando a menos de 1%. Entre os partidos com força organizacional média, o sucesso oscila em torno de 5%, ao passo que nos partidos fracos a sorte dos trabalhadores é muito pior: apenas em 2002 e 2010 a taxa supera a faixa de 1%, ficando abaixo disso nas demais eleições.

Gráfico 4. Taxa de sucesso dos trabalhadores conforme a força organizacional dos partidos políticos



N = 2.588

¹⁴ A razão de chance foi obtida calculando o *risk* de trabalhadores e não trabalhadores em relação a eleitos e não eleitos para todo o período considerado.

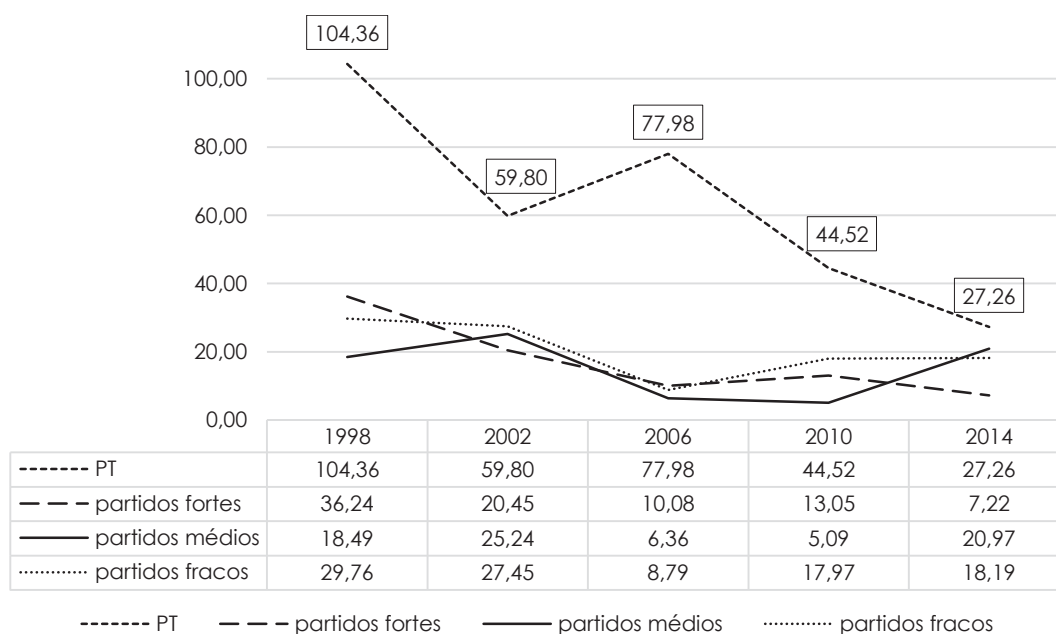
¹⁵ Os partidos foram agrupados em três categorias de acordo com a classificação resultante na análise da força organizacional presente no Gráfico 1: *partidos fracos* (PHS, PMN, PPS, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PSOL, PTC e PT do B); *partidos com força organizacional média* (DEM, PCB, PCO, PP, PR, PSTU, PTN e PV); e *partidos fortes* (PCdoB, PDT, PMDB, PSB, PSDB e PTB). Mais uma vez, os partidos criados recentemente ou que não disponibilizaram dados foram retirados da análise. Foram os casos de PEN, PPL, PROS, PSD e SDD.

O PT apresenta resultados bastante superiores para as três primeiras eleições (com 18%, 13% e 20%, respectivamente), corroborando a relação entre a robustez organizacional e melhoria nas chances eleitorais dos candidatos com menor munção política individual. Com o passar do tempo, contudo, o partido redireciona a força da sua organização para outros tipos de candidatos, já que a taxa de sucesso dos trabalhadores decresce a ponto de chegar à zero em 2014. Do mesmo modo, os partidos com força organizacional mais elevada acompanham o movimento petista, porém em menor amplitude. Os partidos com força organizacional fraca durante todas as eleições apresentaram resultados inferiores a seus pares dotados de maior infraestrutura.

Uma forma de avançar o exame do fenômeno é verificar o sucesso dos trabalhadores *vis-à-vis* aos demais candidatos. Para isso, utilizamos a *razão de taxa de sucesso dos trabalhadores*, que é calculado como sendo a taxa de sucesso dos trabalhadores dividida pela taxa de sucesso dos demais candidatos. Esse indicador se propõe a medir a distância entre o sucesso dos trabalhadores frente ao sucesso dos candidatos das demais ocupações. Um resultado acima de 1 indica que os trabalhadores se saem melhor que os demais candidatos. Do lado oposto, quando a razão resultar abaixo de 1, significa que os trabalhadores se saem pior perante os demais competidores de uma organização¹⁶.

O Gráfico 5 demonstra que, de uma forma geral, a razão de taxa de sucesso dos trabalhadores é baixa, indicando que estão muito distantes da taxa de sucesso dos candidatos das demais ocupações.

Gráfico 5. Razão de taxa de sucesso dos trabalhadores para a Câmara dos Deputados do Brasil, conforme a força organizacional e o PT (1998-2014)



N outras profissões = 17.346; N trabalhadores = 2.588;

¹⁶ O uso da razão da taxa de sucesso serve para avaliar o sucesso relativo dos trabalhadores frente às demais candidaturas, uma vez que a taxa de sucesso por si só sofre o efeito da baixa quantidade de candidatos. Desse modo, ao utilizar a razão entre a taxa de sucesso dos trabalhadores e sucesso das demais candidaturas pode-se medir comparativamente o desempenho desse grupo perante os demais.

sem informação (não computadas) = 3.285

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE.

Mais uma vez, o Partido dos Trabalhadores foi o que apresentou os melhores resultados no que se refere à capacidade de diminuir as distâncias entre as taxas de êxito dos trabalhadores e as dos demais candidatos, sendo que em 1998 eles obtiveram sucesso acima das outras categorias ocupacionais (com o indicador superando o valor de 1). Além do mais, os números do PT estão muito acima mesmo dos partidos com forte organização. Todavia, os valores caem constantemente a partir de 2006 e em 2014 isso simplesmente deixa de acontecer, já que nenhum trabalhador consegue se eleger pelo PT. O que estaria ocorrendo?

As mudanças ocorridas no interior do PT – especialmente depois da sua chegada à presidência da República em 2002, mas também antes – apontam para um distanciamento paulatino entre a cúpula e as bases do partido. Segundo Ribeiro, o Partido dos Trabalhadores segue a dinâmica de burocratização e oligarquização que ocorreu em outros partidos de massa (Ribeiro 2009). A tendência do novo perfil dos eleitos por parte do Partido dos Trabalhadores contraria a percepção de que é suficiente haver um partido de massa capaz de eleger bancadas expressivas para que o arejamento da classe política esteja garantido.

Tamanho das bancadas e fragmentação do sistema de partidos

O principal diagnóstico sobre as transformações recentes do perfil da classe política brasileira afirma o seguinte:

“[...] os resultados [das eleições para a Câmara dos Deputados do Brasil] sugerem que, pelo menos no curto prazo (digamos, entre duas ou três eleições), a variável mais estreitamente correlacionada às alterações na natureza social dos grupos que controlam o sistema político é a volatilidade na representação partidária, ou seja, as oscilações dos resultados eleitorais que mudam a força relativa dos partidos no sistema político [...] De modo muito esquemático: se aumentar a proporção de cadeiras ocupadas por partidos de direita, aumenta a presença de empresários e de outros setores de classe alta. *Se aumentar a proporção de cadeiras dos partidos de esquerda, aumenta a proporção de professores, de sindicalistas, de servidores públicos, de empregados e também de alguns trabalhadores manuais*”. (Rodrigues 2006, p. 17; grifos nossos)

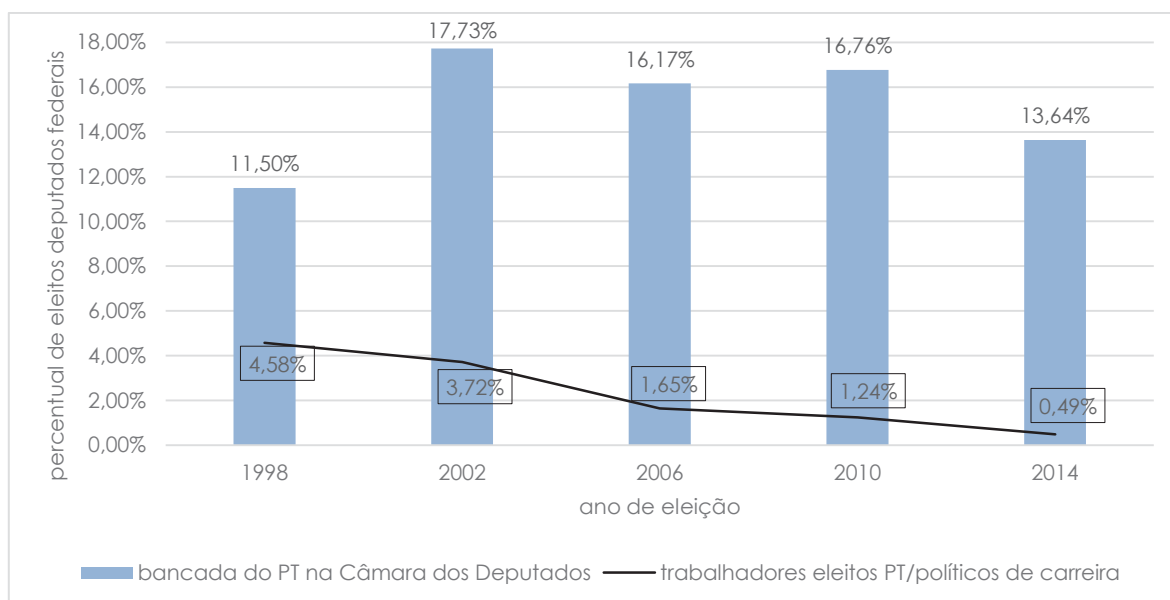
A contar pelos dados sobre o PT, essa profecia não se cumpriu. Mesmo o partido tendo aumentado ou mantido em níveis altos sua bancada de deputados na Câmara brasileira (Gráfico 6), ele tem perdido, sistematicamente, parlamentares ligados às ocupações de trabalhadores (como mostrou o Gráfico 5). Ou seja, se considerarmos a bancada anterior à eleição como posições de *safe seats*, o PT tem sido capaz de reter sua janela de oportunidades, preservando sua bancada média em 15,21% na Câmara dos Deputados durante o período estudado.

Por outro lado, se compararmos a *taxa de sucesso relativo*¹⁷ dos trabalhadores, vemos que estes têm dado espaço para os políticos profissionais – candidatos com muito mais oportunidades de se reelegerem –, até o momento em que os primeiros simplesmente

¹⁷ A taxa de sucesso relativo é dada pela divisão entre eleitos (trabalhadores, no caso) e um tipo específico de candidatos de outro grupo ocupacional (aqui, políticos). Valores acima de 1 indicam que os primeiros foram capazes de vencer eleitoralmente a competição em relação aos segundos. Quanto mais próximo à zero, menor a capacidade de derrota oferecida pelo grupo desafiante.

somem de cena. Para tanto dividimos o total de trabalhadores eleitos em cada pleito, pelo total de candidatos que se declararam políticos também em cada pleito a fim de medir a força dos trabalhadores no momento de competir com o adversário mais forte do sistema.

Gráfico 6. Taxa de sucesso relativa dos trabalhadores em relação aos políticos profissionais candidatos e tamanho relativo da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados (1998-2014)

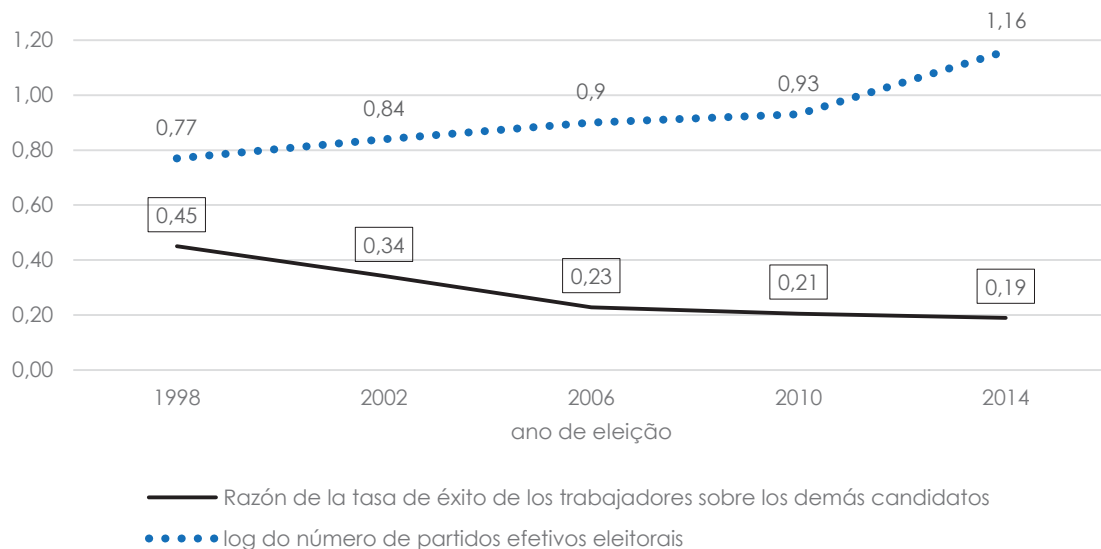


Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE.

A presença ou ausência de candidatos com um perfil menos elitista não parece estar associada ao tamanho da bancada do partido, como previu Rodrigues (Rodrigues 2006), mas sim às mudanças na composição da lista de candidatos. Isso consequentemente afeta a chances eleitorais dos competidores.

Por sua vez, o Gráfico 7 comprova que a razão da taxa de sucesso dos trabalhadores ao longo dos anos é inversamente proporcional à progressiva fragmentação do sistema partidário. Não se diz aqui que uma coisa cause a outra. Contudo, chama atenção o fato de o sucesso eleitoral dos trabalhadores **caminhe quase que perfeitamente (r de Pearson = $-.793$)** com a fragmentação do sistema partidário.

Gráfico 7. Razão de taxa de sucesso dos trabalhadores sobre os demais candidatos e número efetivo de partidos (NEP) eleitorais nas eleições para a CD (1998-2014)



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE

r de Pearson = $-.793$

Quanto mais partidos presentes no sistema, mais oferta de oportunidades políticas, ou melhor, mais lugares disponíveis nas listas de candidatos (consequentemente, mais trabalhadores competindo por uma vaga de representante), menores são as chances de vitória dessa categoria ocupacional. Trabalhadores manuais e não manuais perdem potencial eleitoral na medida em que há mais partidos, há mais partidos fracos e há a tendência desse grupo social em se alistar nesses partidos com baixa força organizacional (ou, ao menos, em outros partidos que não o PT, como mostrou o Gráfico 3). Ou seja, a fragmentação partidária pode resultar num enfraquecimento do potencial dos partidos para custear a inserção política de candidatos com baixo capital político individual.

Considerações finais

Esses achados parecem apontar para a conexão postulada entre sistema partidário, competição política e organização partidária no contexto brasileiro.

Na Introdução, propusemos a seguinte hipótese de trabalho: existe relação entre as transformações recentes no sistema de partidos no Brasil (a sua notável fragmentação), as diferenças organizacionais entre esses partidos (medida pela maior ou menor força de cada sigla) e as oportunidades, crescentes ou decrescentes, para o ingresso, no Legislativo, de trabalhadores manuais e não manuais.

Como se viu, a fragmentação do sistema partidário produz mais abertura a grupos menos mobilizados politicamente e com menor estoque de capitais. Por outro lado, essa mesma fragmentação tende a enfraquecer as legendas já consolidadas. Uma competição mais acirrada por votos contra adversários novos e poderosos (com recursos concentrados em torno de nomes consagrados) faz com que partidos mais estabilizados mudem seu território de caça.

A queda nas taxas de êxito político dos trabalhadores é bastante significativa, em especial no PT (Gráfico 4), o partido que outrora havia sido o maior responsável pela promoção desse tipo social e que, pela sua notável força organizacional (Gráfico 1), poderia continuar a fazê-lo. Mas o fenômeno não se restringe ao PT. Ainda que os trabalhadores

continuem chegando em bom número às listas eleitorais, especialmente na franja do sistema partidário, e especialmente nos partidos de força média (ver Gráfico 4), a razão de sucesso dos trabalhadores diminui globalmente a cada eleição (ver Gráfico 5)¹⁸.

Mas o que essas evidências permitem pensar a respeito da configuração do sistema partidário brasileiro e, em particular, do papel cumprido pela agremiação com maior força organizacional nesse sistema?

O sistema partidário brasileiro está distante da estabilidade que se verifica em outras democracias. A sua *fragmentação* – mensurada aqui pelo número efetivo de partidos eleitorais para as eleições legislativas federais – apresenta dois efeitos aparentemente paradoxais. De um lado, mais partidos em disputa equivale a maior diversidade social dos postulantes, mas essa diversidade não se traduz, por isso mesmo, em “popularização” ou arejamento social da classe política. De outro lado, há um sistema partidário cada vez mais fragmentado, o que produz um ambiente de competição política crescente. Os partidos mais fracos do ponto de vista organizacional, justamente aqueles que proliferaram ao longo do período analisado, oferecem um terreno livre para o predomínio de uma lógica política centrada no candidato individual e para a ascensão de toda sorte de expedientes personalistas, em especial o controle férreo dos recursos da sigla. Nesse sentido, o sistema partidário brasileiro dilui a *força organizacional* dos partidos. Emerge então a *força individual* de cada candidato como estratégia ótima para o sucesso eleitoral. Ora, na medida em que a diversificação social se concentra nas organizações com força organizacional mais baixa, como mostramos aqui, será difícil esperar que ocorra uma popularização da representação política como previram Ilonski & Schwarcz (Ilonszki & Schwarcz 2014) e Rodrigues (Rodrigues 2006).

Isso posto, e o Partido dos Trabalhadores? O PT, à medida em que se fortaleceu organizativamente, ganhou a presidência da República e se aproximou do Estado, passou a inscrever listas eleitorais com menor capilaridade social (Gráfico 3). Mas, mais do que isso, o partido deixou de realizar a aspiração de Robert Michels de que a organização partidária pudesse ser a força política de que os mais fracos podem dispor na luta contra os socialmente mais fortes.

Para que a classe política se areje e se torne socialmente menos homogênea, não é suficiente que o partido que um dia serviu de promotor dos segmentos populares cresça organizativamente ou se mantenha estável eleitoralmente. É preciso mudar a demografia das listas de candidatos do partido. O fato de o PT figurar entre os maiores partidos na Câmara dos Deputados (Gráfico 6) não garantiu uma presença crescente – e nem mesmo contínua – dos trabalhadores na Casa. A mudança no nível sistêmico (fragmentação) produziu maior personalismo e o PT se viu refém desse fenômeno, e os seus antigos candidatos trabalhadores se viram desfavorecidos.

Do ponto de vista teórico, o estudo do caso brasileiro mostra o baixo rendimento da relação entre o tamanho da bancada e o tipo social médio de um partido político. O tipo social pode mudar mesmo quando a bancada se mantém, quantitativamente, estável. O caminho que parece oferecer melhor rendimento é o da análise de como a organização partidária reage às mudanças no ambiente político e como ambos – organização e ambiente – exercem efeito sobre a sua face pública ao longo do tempo.

A ideia aqui testada, isto é, *mudanças sistêmicas junto com mudanças organizacionais promove alteração na face pública dos partidos*, parece ser promissora para medir e explicar as alterações no perfil social dos representantes eleitos.

¹⁸ Para uma análise pormenorizada desse fenômeno, ler (Costa & Bolognesi 2014; Costa et al. 2015).

Referências

- Amaral, O., 2011. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, 17(1), pp.1–44.
- Amaral, O.E. do, 2013. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, 7(2), pp.11–32.
- Amorim Neto, O. & Santos, F., 2003. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *Dados*, 46(4), pp.449–479.
- Bolognesi, B., 2013a. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), pp.45–68.
- Bolognesi, B., 2013b. *Caminhos para o poder: a seleção dos candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2010*. UFSCar.
- Braga, M. do S.S., 2008. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, 14(2), pp.454–485.
- Braga, M. do S.S., Ribeiro, P.F. & Amaral, O.E. do, 2012. *El sistema de partidos en Brasil: estabilidad y institucionalización*.
- Braga, M. do S.S., Rodrigues-Silveira, R. & Borges, T.D.P., 2012. *Organização, território e sistema partidário: difusão territorial da organização partidária e seus impactos sobre o sistema partidário no Brasil*, Recife.
- Calvo, E. & Murillo, M.V., 2004. Who delivers? Partisan clients in the Argentine electoral market. *American Journal of Political Science*, 48(4), pp.742–757.
- Carvalho, N.R. De, 2009. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. *Cadernos Metrópole*, 11(22), pp.367–384.
- Cervi, E.U. et al., 2015. Dinheiro, profissão e partido político: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. *Sociedade e Estado*, 30(1), pp.189–205.
- Codato, A., Costa, L.D. & Cervi, E.U., 2013. A direita brasileira em perspectiva histórica: uma socioanálise dos partidos de direita e dos seus políticos da democracia populista à democracia liberal (1945-2010). In *37º Encontro Anual da Anpocs*. Águas de Lindoia - SP, Brasil.
- Costa, L.D. & Bolognesi, B., 2014. Fronteiras sociais claras e organizacionais obtusas? Recrutamento e seleção de candidatos ao legislativo nacional e suas consequências nos grandes partidos políticos brasileiros em 2010. In *38o. Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu - MG, Brasil: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, pp. 1–26.

- Costa, L.D., Bolognesi, B. & Codato, A., 2015. Onde estão os trabalhadores nas listas de candidatos dos partidos brasileiros? *Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR*, 2(2), pp.1–14.
- Daalder, H., 2007. Partidos negados, obviados o redundantes? Una crítica. In J. R. Montero, R. Ghunter, & J. J. Linz, eds. *Partidos políticos. Viejos conceptos y nuevos retos*. Madrid: Editorial Trotta, pp. 49–70.
- Daza, J.D., 2005. La institucionalización partidista: una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas. *Estudios Políticos*, (27), pp.103–127.
- Downs, A., 1999. *Um teoria econômica da democracia*, São Paulo: Edusp.
- Duverger, M., 1951. *Les partis politiques*, Paris: Armand Colin.
- Duverger, M., 1980. *Os Partidos Politicos*, Brasília: Editora UnB.
- Epstein, D.J., 2009. Clientelism Versus Ideology: Problems of Party Development in Brazil. *Party Politics*, 15, pp.335–355.
- Figueiredo, A. & Limongi, F., 2001. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Figueiredo, A.A. & Limongi, F., 2000. Presidential Power, Legislative Organization, and Party Behavior in Brazil. *Comparative Politics*, 32(2), pp.151–170.
- Figueiredo Filho, D.B. & Silva Júnior, J.A. Da, 2010. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, 16(1), pp.160–185.
- Freidenberg, F. & Levitsky, S., 2007. Organización informal de los partidos en America Latina. *Desarrollo Económico*, 46(184), pp.539–568.
- Gallagher, M., 2015. Election indices dataset. *Comparative Political Studies*, pp.1–48. Available at: http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/ElSystems/index.php [Accessed June 20, 2015].
- Gaxie, D., 1980. Les logiques du recrutement politique. *Revue française de science politique*, 30(1), pp.5–45.
- Guarnieri, F., 2011. A força dos partidos “fracos.” *Dados*, 54(1), pp.235–258.
- Guarnieri, F., 2012. *Organização partidária e mobilização eleitoral no Brasil: o elo perdido*, Gramado.
- Gunther, R. & Diamond, L., 2003. Species of Political Parties: a New Typology. *Party Politics*, 9(2), pp.167–199.
- Huntington, S.P., 1968. *Political order in changing societies*,
- Ilonszki, G. & Schwarcz, A., 2014. Hungarian MPs in the context of political transformation (1990–2010). In E. Semenova, M. Edinger, & H. Best, eds.

- Parliamentary Elites in Central and Eastern Europe Recruitment and representation*. New York: Routledge, pp. 54–73.
- Ishiyama, J.T., 2001. Candidate Recruitment and the Development of Russian Political Parties, 1993-99. *Party Politics*, 7(4), pp.387–411.
- Janda, K., 1980. A comparative analysis of party organizations: the United States, Europe, and the world. In W. J. Crotty, ed. *The Party Symbol*. San Francisco: W. H. Freeman, pp. 339–358.
- Katz, R.S. & Mair, P., 1994. *How parties organize: change and adaptation in party organizations in western democracies*, London: Sage Publications.
- Levitsky, S., 1998. Institutionalization and Peronism: The Concept, the Case and the Case for Unpacking the Concept. *Party Politics*, 4(1), pp.77–92.
- Mainwaring, S., 1993. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (28-29).
- Mainwaring, S. & Torcal, M., 2005. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, XI(2), pp.249–286.
- Manin, B., 2013. A democracia do público reconsiderada. *Novos Estudos*, (97), pp.115–127.
- Marenco, A., 2001. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(45), pp.69–83.
- Marenco dos Santos, A. & Serna, M., 2007. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64), pp.93–113.
- Michels, R., 1971. *Les Partis Politiques: Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, Paris: Flammarion.
- Michels, R., 1927. Some reflections on the sociological character of political parties. *The American Political Science Review*, 21(4), pp.753–772.
- Pallant, J., 2005. *SPSS Survival Manual* 5th ed., Sydney: Allen & Unwin.
- Panebianco, A., 2005. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*, São Paulo: Martins Fontes.
- Pereira, C. & Mueller, B., 2000. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(43), pp.45–67.
- Pereira, F.B., 2014. A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, pp.213–244.
- Peres, P.S., Ricci, P. & Guarnieri, F., 2012. How Brazilian Parties Organize: Centralization by Strategic Leadership Design.

- Perissinotto, R.M. & Miríade, A., 2009. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, 52(2), pp.301–333.
- Putnam, R.D., 1976. *The Comparative Study of Political Elites*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall.
- Randall, V. & Svåsand, L., 2002. Party institutionalization in new democracies. *Party Politics*, 8(1), pp.5–29.
- Ribeiro, P.F., 2010. *As estruturas decisórias dos maiores partidos brasileiros em perspectiva comparada*, Recife.
- Ribeiro, P.F., 2014a. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, 22(52), pp.121–158.
- Ribeiro, P.F., 2009. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. *Teoria & Pesquisa*, 18, pp.119–150.
- Ribeiro, P.F., 2014b. What Do These People Want? Membership and Activism in Brazilian Political Parties. In ECPR, ed. *Contemporary Meanings of Party Membership workshop. ECPR Joint Sessions of workshops*. Spain, p. 22.
- Rodrigues, L.M., 2009. *CUT: os militantes e a ideologia*, Rio de Janeiro: Centro Edelstein.
- Rodrigues, L.M., 2006. *Mudanças na classe política brasileira*, São Paulo: PubliFolha.
- Rodrigues, L.M., 2002a. Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), pp.31–47.
- Rodrigues, L.M., 2002b. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*, São Paulo: Edusp.
- Sáez, M.A., 2005. *¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos políticos latinoamericanos*, Barcelona: ICPS.
- Sáez, M.A. & Freidenberg, F., 2000. Organización y funcionamiento interno de los partidos políticos en América Latina. In pp. 1–17.
- Samuels, D., 2008. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brazil. In P. Siavelis & S. Morgenstern, eds. *Pathways to Power: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America*. University Park, PA: Penn State University Press, pp. 76–91.
- Scarrow, S.E., 1996. *Parties and their members*, Oxford: Oxford University Press.
- Scarrow, S.E. & Gezgor, B., 2010. Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. *Party Politics*, 16(6), pp.823–843.
- Schattschneider, E., 1942. *Party government*, New York: Holt, Rinehart and Wilston.

- Selznick, P., 1971. *A liderança na administração: uma interpretação sociológica*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Tavits, M., 2013. *Post-Communist Democracies and Party Organization*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Zucco Jr., C., 2011. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In T. J. Power & C. Zucco Jr., eds. *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 37–60.

APÊNDICE 1

Para a criação da categoria de trabalhadores, utilizamos os critérios e exemplos de Rodrigues (Rodrigues 2009). A partir dele, constatamos um total de 111 ocupações de trabalhadores num universo de 255 profissões declaradas. Incluímos na nossa categoria de trabalhadores as ocupações que não se encaixam na ocupação de empresário, professor, profissional liberal e funcionário público, reconhecidamente as categorias mais tradicionais entre os deputados federais brasileiros (Rodrigues, 2002).

O Quadro 1 dá uma ideia de quem são esses candidatos-trabalhadores:

Quadro 1.

trabalhadores manuais sem qualificação	trabalhadores industriais de baixa qualificação	trabalhadores industriais de qualificação elevada	trabalhadores qualificados não manuais de serviços	profissionais de nível médio
atendente de lanchonete e restaurante, cobrador de transporte coletivo, feirante, ambulante, catador de recicláveis, etc.	encanador, soldador, chapeador, caldeireiro, montador de estrutura metálica, fiandeiro, tecelão, tingidor, encanador, soldador, chapeador, caldeireiro, etc.	trabalhador metalúrgico e siderúrgico, trabalhador de fabricação de papel e papelão, de produtos de borracha e plástico, de produtos têxteis, etc.	auxiliar de escritório, vendedor de comércio varejista, corretor de imóveis	técnicos de laboratório, de contabilidade, de eletricidade, de enfermagem, de informática, digitador, etc.

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (Nusp/UFPR), a partir do TSE.

As categorias foram retiradas de (Rodrigues 2009).

APÊNDICE 2

Lista de siglas utilizadas

DEM (PFL) – Democratas (Partido da Frente Liberal)
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCO – Partido da Causa Operária
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEN – Partido Ecológico Nacional
PGT – Partido Geral dos Trabalhadores
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP (PPB) – Partido Progressista (Partido Progressista Brasileiro)
PPL – Partido Pátria Livre
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSN – Partido da Solidariedade Nacional
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PST – Partido Social Trabalhista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

SD – Solidariedade

TSE – Tribunal Superior Eleitoral